

O Impacto das Democracias Participativas na Produção Acadêmica no Brasil: Teses e Dissertações (1988-2002)*

Alfredo Alejandro Gugliano

Introdução

Nos últimos anos, a questão da participação dos cidadãos na gestão pública repercute nos meios acadêmicos brasileiros e ganha espaço em diversos eventos nos campos das ciências humanas e das ciências sociais. O interesse por esse tema em um país como o Brasil, onde tradicionalmente a exclusão e a desigualdade social impuseram barreiras que retardaram conquistas cidadãs básicas para uma parcela considerável da população, foi fruto de uma conjunção de fatores que permitiram, em curto espaço de tempo, avanços consideráveis no campo democrático.

Desde meados dos anos de 1970, estão se desenvolvendo no país diversas mobilizações da sociedade civil, articulando diferentes segmentos no meio urbano e rural, que estão relacionadas com disputas políticas que interferem na gestão pública. De acordo com Sader (1988, p. 313), “os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política ocorrida entre 1978 e 1985. Eles expressaram tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído”.

As multitudinárias manifestações pelas *Diretas Já*, que unificaram partidos políticos de oposição e organizações sociais, entre janeiro e abril de 1984, representaram um marco dessa mobilização da sociedade brasileira pela redemocratização, postura retomada alguns anos após a transição, em 1992, desta vez para destituir um presidente da república envolvido com corrupção.

Das mobilizações de 1984 para cá, esse processo sofreu várias alterações perdendo, principalmente, seu caráter de manifestações de massa. Abandonada a fase dos grandes comícios populares, os movimentos sociais brasileiros estão passando por um novo momento, no qual estão sendo criadas diferentes formas de organização, como é o caso da fundação de expressivo número de organizações não-governamentais (ONGs); de diversas redes de movimentos sociais; de grupos de representação de atores sociais excluídos do sistema de produção formal (donas de casa, desempregados etc.); e, em especial, da fundação, em 1984, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que promoveu maior mobilização dos trabalhadores do campo.

* Trabalho realizado com o apoio do CNPq, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs), e da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Participaram da coleta de dados os seguintes bolsistas de iniciação científica: Roberta Lemes de Oliveira (Fapergs), Elautério Conrado da Silva Jr. (Fapergs), Cleomar Lemos de Jesus (UCPEL), Sandra Mara Garcia Henriques (Pibic-CNPq) e Tiago Medeiros de Triarca (UCPEL).

Como afirma Gohn (2004, p. 22),

Surge uma pluralidade de novos atores, decorrentes de novas formas de associativismos que emergem na cena política. A autonomia dos membros da sociedade civil deixa de ser um eixo estruturante fundamental para a construção de uma sociedade democrática porque, com a saída dos militares e o retorno dos processos eleitorais democráticos, a sociedade política, traduzida por parcelas do poder institucionalizado no Estado e seus aparelhos, passa a ser objeto de desejo das forças políticas organizadas. Novos e antigos atores sociais fixarão suas metas de lutas e conquistas na sociedade política, especialmente nas políticas públicas.

Além da participação dos movimentos sociais, as conquistas cidadãs, no Brasil, devem ser relacionadas com o rápido processo de modernização de grupos e organizações políticas que costumeiramente haviam assumido o papel da representação parlamentar da sociedade civil organizada, particularmente no caso do Partido dos Trabalhadores (PT), que nasceu, em 1980, como um partido de representação de classe, chamado na época de um partido operário independente, mas que rapidamente foi sendo absorvido pelo sistema de atuação parlamentar convencional, fenômeno acentuado a partir da vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2001.¹ Como descreve Kucinski (2001, p. 185),

[...] à medida que foi chegando ao poder, em prefeituras e governos estaduais, o PT acabou se institucionalizando e perdendo muito desse purismo inicial. Seu ativismo de base perdeu muito de seu vigor inicial, que era extraordinário.

Da mesma forma, se destaca o impacto positivo gerado por várias experiências bem-

sucedidas de ampliação da participação cidadã na gestão pública, como o desenvolvimento dos *conselhos gestores* que passaram a ser obrigatórios em nível nacional, estadual e municipal, constituindo-se, apesar de suas limitações, em mecanismo de participação da sociedade na administração do Estado. Junto com os conselhos, outra experiência que estimulou fortemente o interesse pela participação cidadã foi o *orçamento participativo*, proposta executada com grande êxito na administração petista da cidade de Porto Alegre e que, gradativamente, foi sendo adotado por outras cidades e partidos políticos.

A soma dessas experiências representou importante avanço da cidadania e dos direitos sociais no Brasil, fenômeno acompanhado pela respectiva abertura de horizontes dos debates sobre esses temas. Em especial, chama a atenção o deslocamento de um foco analítico fortemente influenciado por uma perspectiva marxista, que restringia os fenômenos sociais à ação de uma vanguarda operária, em direção ao reconhecimento de novos atores sociais e de novas formas de mobilização. Em especial, nos últimos anos, vem crescendo o interesse da comunidade acadêmica brasileira pelos processos de inclusão dos cidadãos na gestão do Estado, o que tem gerado produções científicas divulgadas principalmente em congressos, simpósios ou seminários; artigos de revistas científicas; livros; e em teses e dissertações.

Neste artigo, abordo uma parcela dessa produção acadêmica, através da análise das dissertações e teses que versam sobre a ampliação da participação dos cidadãos na gestão pública ou, como prefiro dizer, que abordam a problemática das democracias participativas. A opção por esse foco de análise é fruto da convicção de que os cursos de pós-graduação brasileiros são núcleos privilegiados de formação e pesquisa acadêmica de qualidade, influenciando boa parte do que é veiculado na produção bibliográfica nacional.²

Processos Participativos de Gestão Pública

Ao abordar as diferentes formas de os cidadãos interferirem na gestão do Estado, vários autores optam pelo conceito de democracias participativas. Porém, no caso desta revisão de literatura, nem todos os trabalhos analisados utilizam essa classificação, algo compreensível na medida em que, entre estudiosos do assunto, são utilizados diferentes conceitos para descrever fenômenos semelhantes.

Dentre diversos exemplos, Fung e Olin Wright (1999, p. 104), utilizam o conceito de *democracias deliberativas* para enfatizar a criação de “espaços nos quais deliberações populares genuínas podem acontecer”; Mouffe (1992, p. 196) emprega o conceito de *democracia radical*, como a maneira mais apropriada de descrever processos que tendem a transformar a estrutura de poder da sociedade, na medida em que “aprofundam a revolução democrática e conectam as diferentes lutas democráticas”; ou ainda Held (1987, p. 159), que se refere a um modelo de *democracia direta* no qual “a maquinaria do Estado liberal poderia ser substituída por uma estrutura de comunas”.

Sem a pretensão de invalidar outras caracterizações, utilizo o conceito de *democracia participativa* porque o considero mais adequado para descrever um processo de transformação política no qual o modelo democrático representativo evolui em direção à criação de novos elos entre os cidadãos e o Estado. Desde as suas origens, o modelo político democrático fez grandes avanços quanto aos seus mecanismos representativos, incorporando gradativamente amplos segmentos e classes sociais, notadamente no processo de eleição dos dirigentes do Estado. Contudo à medida que os meios de comunicação e os sistemas de organização foram se aperfeiçoan-

do, esses avanços tornaram-se insuficientes para a mediação de interesses entre o Estado e a sociedade. Isso ocorreu porque, cada vez mais, o processo de eleição de dirigentes é indissociável do acompanhamento da gestão promovida pelos representantes eleitos e pela eficiência dos serviços prestados pelos órgãos públicos.

A junção do adjetivo “participativo” ao substantivo “democracia” representa a tentativa de descrever uma experiência política que se diferencia pela articulação entre mecanismos eleitorais de representação política, mecanismos associativos de inclusão dos eleitores no processo de tomada de decisões do Estado e mecanismos de controle social das ações da máquina pública. Nesse sentido, a utilização desse conceito faz referência à maior articulação entre cidadãos e governo, não se restringindo apenas à descrição de formas de eleição de governantes. Conforme Pateman (1992, p. 60):

[...] a teoria da democracia participativa é construída em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente. A existência de instituições representativas em nível nacional não basta para a democracia; pois o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização, [...] precisa ocorrer em outras esferas [...]. Este desenvolvimento ocorre por meio do processo de participação. A principal função da participação na teoria democrática é, portanto, educativa.

Na maioria das teses e dissertações analisadas, há um consenso em torno da idéia de que as democracias participativas dizem respeito fundamentalmente à relação entre o Estado e a sociedade civil, ou seja, às formas de administrar a máquina pública com a ingerência dos cidadãos. Desse ponto de vista,

as pesquisas, em sua maior parte, abordaram processos referentes ao sistema político formal, inclusive nos casos em que essas experiências ainda não receberam regulamentação jurídica. Mesmo sendo evidente que a questão da democracia participativa não necessariamente está restrita à esfera do Estado, nas dissertações e teses consultadas há pouca ênfase nas políticas participativas em outros âmbitos da sociedade, como na gestão econômica ou no interior das organizações sociais.

Dessa forma, seguindo a tendência dos trabalhos examinados, adotamos neste estudo a caracterização de democracia participativa identificada pela participação extra-eleitoral dos cidadãos em processos de gestão pública. Essa participação, de acordo com os nossos critérios, pode ocorrer de diferentes formas, variando a utilização de mecanismos de participação direta ou representativa; centralizados em processos estatais ou fruto da iniciativa da sociedade civil; regularizados juridicamente ou legitimados pela prática cotidiana.

As Dissertações e Teses sobre Democracias Participativas

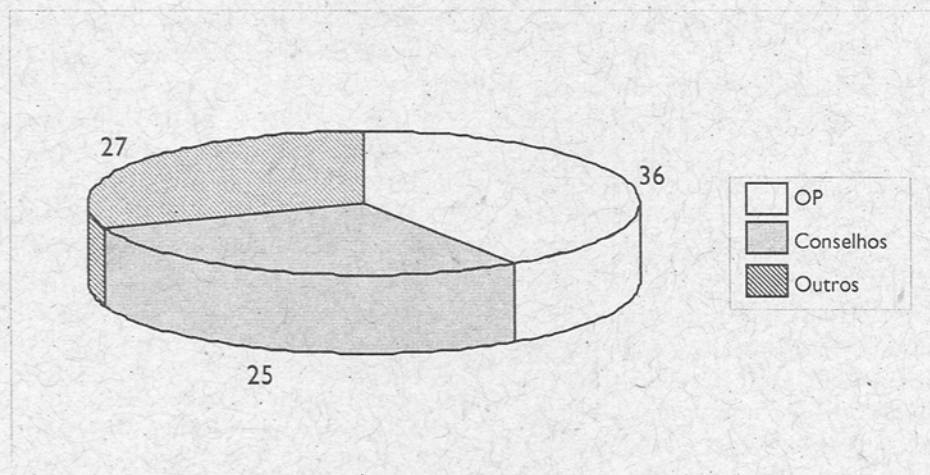
Para entender a evolução da produção acadêmica sobre as democracias participativas no Brasil, é interessante contextualizar esses trabalhos no processo de democratização da sociedade brasileira, principalmente a partir de meados dos anos de 1980, período que marca um giro da intelectualidade brasileira para os debates sobre a questão democrática no país. Como afirmou Pecaú (1990), ao analisar a relação entre os intelectuais, as classes sociais e a democracia, a redemocratização brasileira apresentou novos desafios para a inserção política dos cientistas sociais no Brasil, que acabaram gerando ci-

sões nesse segmento, antes razoavelmente unido no combate à ditadura militar. Em especial, no que diz respeito ao tema da democracia, transparece uma divisão entre uma concepção realista desse regime e outra que idealiza uma democracia de base ou social.

O surgimento de experiências de gestão pública participativa, que se expandiram a partir do final dos anos de 1980, representou, para um número significativo de intelectuais, a possibilidade de demonstrar a viabilidade de um modelo alternativo de democracia, no qual a cidadania passasse a ser o elemento principal. Isso se refletiu na evolução da temática em teses e dissertações elaboradas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros, nos quais o crescimento do interesse pela questão da democracia foi acompanhado pelo da gestão participativa: dos 208 trabalhos que fazem parte do registro de dados Ibtic e nos quais uma das palavras-chave é “democracia”, 88 (72 dissertações e 16 teses) foram dedicados a investigar temas relacionados à gestão participativa, especialmente o orçamento participativo (OP) e os conselhos gestores.

Em um primeiro momento, os pesquisadores interessados na participação cidadã na gestão pública centraram seu interesse nas emendas populares na Constituinte de 1988, na expansão de mecanismos de descentralização municipal e, especialmente, no desenvolvimento dos conselhos populares – organismos criados em várias cidades brasileiras, a partir do final da década de 1970, com intuito de ampliar a participação cidadã nas discussões sobre as políticas sociais (Fantin, 1988; Demétrio, 1989; Michiles, 1989; Moura, 1989; Perez, 1989). Nos anos de 1980, esse núcleo de interesse foi se deslocando para a discussão sobre os conselhos gestores criados a partir da nova Constituição e, principalmente, do orçamento participativo.

Figura 1
 Temática das Teses e Dissertações sobre Democracias Participativas
 no Brasil, em números absolutos (1988-2002)



Nas teses de doutorado dedicadas ao tema do orçamento participativo, é possível observar que, apesar de haver trabalhos centrados na fundamentação programática da proposta (Merlin, 2000; Goulart, 2002; entre outros), têm sido privilegiados os estudos de caso de locais onde o orçamento participativo vem sendo desenvolvido com maior êxito, a exemplo de Porto Alegre ou de sua região metropolitana (Dias, 2000; D'Avilla Filho, 2000; Dornelas, 2000; Silveira, 2001; Mantovanelli Jr., 2001; Luchmann, 2002; M. K. Silva, 2001a). No tocante às dissertações de mestrado, vemos que o universo de abordagens sofre considerável alteração: em número de trabalhos produzidos e na abrangência dos assuntos investigados. Mesmo assim, o estudo do orçamento participativo monopolizou grande parte das dissertações.

A convergência para o tema em uma e outra frente é fruto da grande popularidade que o orçamento participativo ganhou não só devido aos bons resultados administrativos, como também de sua receptividade junto a observadores e agências internacionais de desenvolvimento, o que rapidamente transformou o tema em um dos carros-chefe da literatura acadêmica sobre experiências alternativas de administração pública.

O ciclo de dissertações sobre o orçamento participativo inicia com o trabalho de Giacomoni (1993), defendido no Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, cujo título é *A comunidade como instância executora do planejamento: o caso do "orçamento participativo" de Porto Alegre*. Essa dissertação analisou o orçamento participativo por-

to-alegrense enfatizando o seu papel na formulação de uma nova maneira de elaboração do plano anual de investimentos do município, no qual as decisões foram, pela primeira vez, compartilhadas com representantes de associações comunitárias, o que garantiu maior legitimidade e racionalidade desse processo se comparado com as formas convencionais de orçamentação.

No tocante aos casos analisados, a experiência de Porto Alegre recebeu o maior número de dissertações dedicadas ao seu estudo, dentre elas: Giacomoni (1993); Araújo (1999); Fedozzi (1996); Pinto (1998); Pereira (2001); D'Ávila Filho (2000); Schmidt (1994); e D. N. Silva (1997b). Além de Porto Alegre, também foram analisados os casos de Brasília – Monteiro (1998); Teixeira (1999); Schmitz (1997); e A. O. Silva (1999a) –, Campina Grande – L. Araújo (2000a) –, Recife – R. S. Bispo (1999b); Cavalcanti (1999) –, Santo André – Ribeiro (1999); Cecheri (1997) –, Betim – Sousa (1999) –, e Piracicaba – Silva (1997c), dentre outros. Também foram realizados trabalhos sobre a elaboração do orçamento público a partir das experiências de Salvador (Correia, 2001) e Florianópolis (Mendonça, 1990).³

Outro dos temas predominantes entre as dissertações e teses sobre processos participativos de gestão pública foi o dos já referidos conselhos gestores, estruturas criadas com o fim de ampliar o controle social sobre as políticas públicas. Mesmo não havendo consenso sobre uma possível equiparação entre essas instâncias e as experiências de participação direta da população na administração estatal, não há dúvidas de que elas podem ser enquadradas como elementos que democratizam os instrumentos de gestão organizacional. Sobre esse tema estão, por exemplo, os trabalhos a respeito do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (V. Araújo, 2000b), do Conselho Mu-

nicipal da Saúde (E. M. Bispo, 1999a; Pupo, 1999), do Conselho Municipal de Educação (Rosa, 2001), e dos Conselhos Estaduais de Assistência Social (V. R. Silva, 2001b). Diferentemente do que foi visto com o tema do orçamento participativo, os trabalhos de pós-graduação sobre os conselhos gestores analisaram um leque amplo de experiências, como as das cidades de São Paulo (Coutinho, 1996; Bogus, 1997), Porto Alegre (Brandão, 1999; Heidrich, 2002; etc.), Recife (Silva, 2000), Garanhuns (Rocha, 1998), entre outros.

Além dos temas anteriormente mencionados, várias dissertações e teses destacaram a participação dos movimentos sociais na formulação de novas formas de gerir o espaço público, aspecto central para grande parte da literatura especializada que enfatiza o papel da sociedade civil na constituição dos processos participativos (Carvalho, 1997; Konzen, 2000; Menegat, 1995; Mota, 1991; Petri, 1992; Rabelo, 1998; Silva, 1993; Rodrigues, 1999). Além desses, outros trabalhos enfatizaram a existência de diversos mecanismos, principalmente no âmbito da estrutura administrativa local e regional, que poderiam incrementar os referidos processos de inclusão cidadã, como os fóruns de desenvolvimento: Dias (2001); Perez (1989); Pimentel (2001); Rover (2000). Por fim, não foram poucos os pesquisadores que centraram a atenção no papel cumprido pela Constituição de 1988 para a emergência de formas participativas de gestão do Estado através da aprovação de uma série de mecanismos de descentralização da máquina pública (Horbach, 2001; Lopes, 1998; Melo, 1996; Michiles, 1989; Ferreira, 1993).

Algumas Características da Produção Analisada

Em termos cronológicos, o final dos anos de 1990 é o principal momento de produção

de dissertações de mestrado sobre as democracias participativas, enquanto a maior concentração de teses de doutorado se dá entre 2000 e 2002. No que tange à distribuição regional, grande parte da produção acadêmica estudada está concentrada em quatro estados da federação: Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro. Juntos totalizam quase 70% de tudo o que foi produzido sobre o tema proposto nos cursos de pós-graduação brasileiros.

Com respeito às instituições nas quais esses trabalhos foram realizados, vemos que boa parte dos estudos ocorreu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Um dado que chama a atenção é que, principalmente na UFRGS

e na UFPE, a maioria dos trabalhos de pós-graduação realizados é dedicada à análise das experiências locais de gestão participativa, especialmente os casos de Porto Alegre e Recife, respectivamente. Já na PUC-SP, vemos que os estudos de caso são mais diversificados, havendo um amplo leque de experiências analisadas pelas teses e dissertações dos programas de pós-graduação.

Além disso, é importante destacar o fato de que as principais universidades onde foram defendidas essas teses e dissertações têm suas sedes em cidades nas quais ocorreram experiências, com maior ou menor êxito, de ampliação da participação dos cidadãos na gestão pública, com a implantação dos conselhos municipais e do orçamento participativo. A saber: Porto Alegre, Recife e São Paulo.

Figura 2
Produção Anual de Teses e Dissertações sobre Democracias Participativas no Brasil (1989-2002)

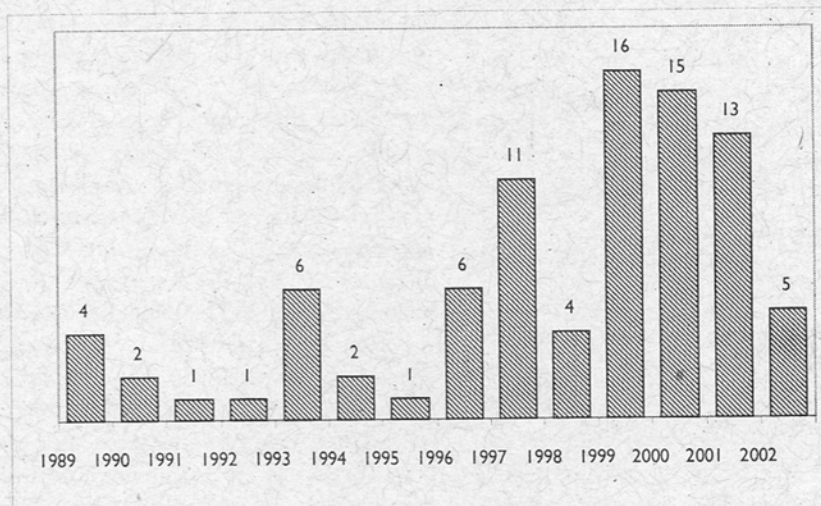
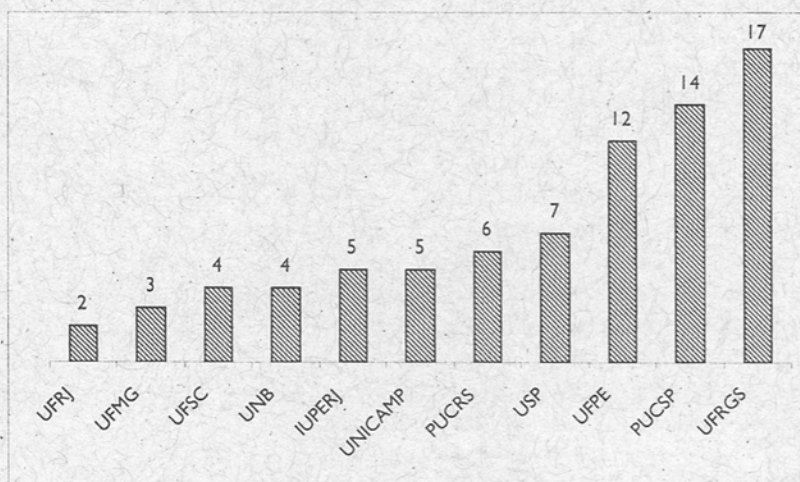


Figura 3
Principais Universidades com Teses e Dissertações sobre Democracias Participativas no Brasil (1988-2002)



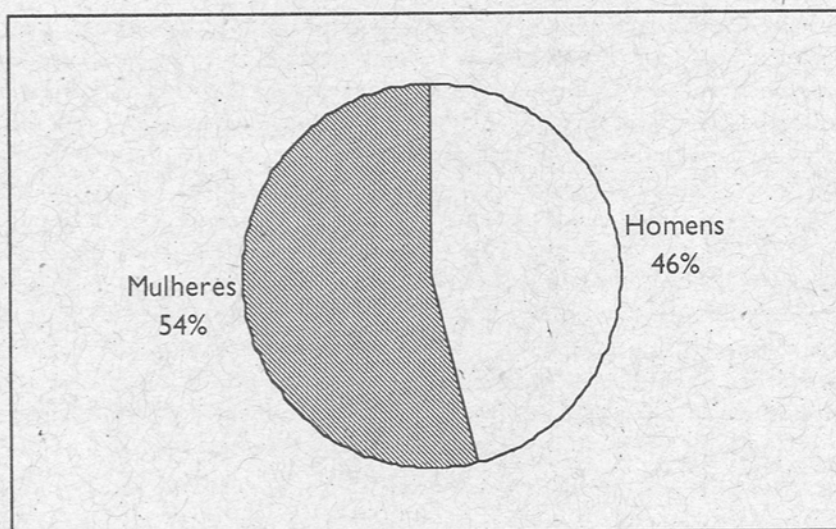
No que tange aos autores desses trabalhos, um dado importante refere-se ao gênero de sua autoria. Sobre isso é válido destacar que, numa sociedade capitalista cerceada por desigualdades dos mais diferentes tipos, a percepção da divisão sexual dos autores nas áreas de conhecimento não pode ser considerada uma preocupação menor, na medida em que, entre outras coisas, ela contribui para uma radiografia do desenvolvimento da divisão do trabalho no espaço acadêmico.

Ao analisarmos os dados coletados, é perceptível o predomínio de mulheres, autoras de teses e dissertações sobre os processos participativos de gestão pública. Não obstante, o tema da participação da mulher nas democracias participativas é uma das grandes ausências nos enfoques dos trabalhos analisados. Dessa maneira, fica praticamente imperceptível o questionamento sobre a existência de desigualdades entre os sexos no

âmbito das políticas participativas, assim como sobre a intervenção dos movimentos de mulheres nessas instâncias.

Mesmo existindo, nos últimos anos, um crescimento dos trabalhos dedicados à gestão participativa, é inegável que muito pouco se tem avançado na análise dos efeitos das democracias participativas sobre as desigualdades políticas geradas por fatores extra-econômicos, como aqueles relacionados ao gênero, à raça e etnia, à religiosidade ou à orientação sexual. Dentre as exceções, destaca-se *Gênero e raça no processo do orçamento participativo: Santo André, 1997-1998*, dissertação apresentada na PUC-SP, em 1999, por Matilde Ribeiro. Esse é um dos poucos trabalhos que, a partir de um estudo sobre os integrantes do processo de orçamento participativo na cidade de Santo André, questiona as formas como as relações de gênero e raça são incorporadas às políticas públicas municipais participativas.

Figura 4
Autores de Teses e Dissertações sobre Democracias Participativas
no Brasil, por Sexo (1988-2002)



Considerações Finais

Para concluir, ressaltamos o caráter ainda embrionário dessa pesquisa e as dificuldades em obter informações precisas sobre o conjunto das teses e dissertações a respeito do assunto, apesar da colaboração dos colegas envolvidos com esse campo de produção acadêmica.

Do verificado até aqui, chama a atenção o grau de aglutinação da produção temática abordada. Como se pôde perceber, a produção acadêmica está bastante concentrada regionalmente em estudos sobre um reduzido número de experiências locais. Em termos temáticos também há uma aglutinação de teses e dissertações sobre um único assunto: o orçamento participativo. Isso é evidente, e não deixa de ser compreensível e justificável, po-

rém, no momento em que a maior parte dos estudantes de pós-graduação de mestrados e doutorado se concentra num único tema, indubitavelmente acaba ocorrendo um empobrecimento das pesquisas no setor, considerando que análises sobre outras formas possíveis de participação dos cidadãos na gestão pública tendem a ficar à margem da produção científica.

Esse fenômeno ganha maior repercussão se somarmos o fato de que grande parte dos trabalhos sobre o orçamento participativo aborda o caso de Porto Alegre, precisamente a experiência mais bem sucedida na aplicação da proposta em questão. Não que os estudos sobre essa cidade não sejam importantes e não contribuam para o avanço da investigação do tema; porém, faltam trabalhos sobre experiências de desenvolvimento

do orçamento participativo em condições não tão favoráveis quanto às de Porto Alegre, como, por exemplo, em pequenas cidades do interior do Brasil, onde os recursos econômicos e administrativos são precários e os movimentos sociais parcamente organizados.

Do mesmo modo, na coleta realizada há poucos trabalhos comparativos e, em menor número ainda, dissertações e teses que abordem as políticas participativas de um prisma diferenciado da análise política formal, tratando, por exemplo, de aspectos relacionados às questões culturais, de gênero, de opção sexual, de raça ou etnia. A ausência dessas análises não se justifica, uma vez que a inserção dos problemas da vida cotidiana poderiam potencializar a abertura de horizontes para a investigação de várias dessas experiências democráticas que almejam muito mais

do que simplesmente mudar as estruturas de administração do Estado.

Por fim, gostaria de acrescentar que o debate sobre a contribuição das experiências de gestão participativa para a transformação das estruturas de poder do Estado vem crescendo não só no Brasil, mas em diferentes regiões do planeta, considerando que, atualmente, existem projetos de democracias participativas em pleno desenvolvimento na maior parte da América Latina, em diversas regiões da África e da Ásia, assim como na Europa e na América do Norte. Desta forma, este levantamento de teses e dissertações visou a contribuir para a expansão das pesquisas sobre esta temática, assim como para o fortalecimento dos vínculos da produção acadêmica universitária com o desenvolvimento da cidadania em nosso país.

Notas

1. Mesmo reconhecendo as perdas acarretadas por esse fenômeno, não podemos esquecer que foi o PT, articulado com diversas organizações da sociedade civil, um dos responsáveis pelas alterações relacionadas com a descentralização das políticas sociais na Constituição de 1988, formando uma das bases do que atualmente chamamos de ampliação da participação dos cidadãos na gestão do Estado.
2. Para compor este trabalho, foram utilizadas três fontes de coleta de dados. Inicialmente, realizei um levantamento de informações no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), nos quais estão registrados os resumos das teses e dissertações produzidos nos cursos integrados no sistema oficial de avaliação da pós-graduação brasileira. A partir disso, fiz contato com todos os coordenadores de cursos de pós-graduação das áreas de ciências humanas e sociais, requerendo o envio de informações sobre teses e dissertações defendidas sobre os temas pesquisados. Ademais, houve contato direto com vários pesquisadores que, interessados em contribuir com esta proposta de revisão bibliográfica, enviaram os textos completos das suas pesquisas.
3. Em termos quantitativos, a experiência participativa na cidade de Porto Alegre foi objeto de análise de 23 trabalhos de pós-graduação; a de São Paulo de oito trabalhos; e a de Recife também de oito.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Laudicéia. (2000a), *Gestão pública e democratização do poder local. O caso do orçamento participativo em Campina Grande*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, datilo.
- ARAÚJO, Margarete Panerai. (1999), *Orçamento participativo e a formação para a cidadania*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, datilo.
- ARAÚJO, Valdívia. (2000), *Direitos humanos e democracia participativa: a atuação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão da Paraíba (1992-1997)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, datilo.
- AVRITZER, Leonardo. (2002), "Modelos de deliberação democrática", in B. S. Santos e L. Avritzer (orgs.), *Democratizar a democracia*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BISPO, Eliane Montêiro. (1999), *A participação nos conselhos municipais de saúde*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, datilo.
- BISPO, Rogério de Souza. (1999), *O processo de orçamento participativo no Recife*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, datilo.
- BOGUS, Claudia Maria. (1997), *Formação política e o fortalecimento da participação popular em saúde: caso dos Cursos de Formação Política de Conselheiros de Saúde do Movimento de Saúde na Zona Leste de São Paulo*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, datilo.
- BRANDÃO, Adalberto de Oliveira. (1999), *Estilo de gestão na elaboração de política de assistência social: a visão do conselho municipal de assistência social de Porto Alegre (RS)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, datilo.
- CARVALHO, Maria do Carmo Alves de Albuquerque. (1997), *Eppur si muove... Os movimentos sociais e a construção da democracia no Brasil*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, datilo.
- CAVALCANTI, Ana Claudia Dantas. (1999), *Orçamento participativo do Recife. Estudo de caso: avaliação do grau de implementação das ações aprovadas para o setor de educação no exercício do ano de 1996*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, datilo.
- CAVALCANTI, Sílvia Lúcia Gomes. (2000), *Avanços e limites no processo de participação popular na gestão municipal*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, datilo.
- CECHETI, Oswaldo Cleber. (1997), *A dimensão político-pedagógica da participação popular: um estudo sobre a participação popular na gestão municipal de Santo André, 1989-1992*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, datilo.
- COLAÇO, Roberto Luiz. (1999), *Inovações institucionais em gestões participativas: limites e possibilidades do Orçamento Participativo de Florianópolis (1993/96) para romper com formas tradicionais de gestão e impulsionar a formação de esferas públicas democráticas*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, datilo.

- CORREIA, Cláudia Patrícia Diniz (2001), *Democratização do orçamento municipal: uma contribuição à gestão urbana. A experiência de Salvador*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, datilo.
- COSTA, João Bosco Araújo da. (1993), *Poder local, democracia e participação popular: a experiência de Janduí (RN) 1982/88*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, datilo.
- COUTINHO, Joana Aparecida. (1996), *O Conselho Municipal de Saúde: um estudo da participação popular na cidade de São Paulo, 1989-1995*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, datilo.
- D'ÁVILA FILHO, Paulo Mesquita. (2000), *Democracia, clientelismo e cidadania: a experiência do orçamento no modelo de gestão pública da cidade de Porto Alegre*. Tese de doutorado. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, datilo.
- DEMÉTRIO, Nilsa Maria. (1989), *Política social, participação e municipalização: o caso de Laguna*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, datilo.
- DIAS, Márcia Ribeiro. (2000), *Na encruzilhada da teoria democrática: Os efeitos do orçamento participativo sobre a Câmara Municipal de Porto Alegre*. Tese de doutorado. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, datilo.
- DIAS, Solange Gonçalves. (2001), *Democracia representativa X democracia participativa: participação popular no plano local e emergência de um novo paradigma burocrático*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, datilo.
- DORNELAS, Jairo. Simões. (2000), *Impactos da adoção de sistemas de apoio à decisão para grupos em um processo decisório público participativo: o caso do orçamento de Porto Alegre*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, datilo.
- FANTIN, Maristela. (1988), *A prática educativa no Movimento de Saúde da Zona Leste da cidade de São Paulo: experiência de dois conselhos populares de saúde*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, datilo.
- FARIAS, Cláudia Feres. (1996), *Teoria democrática e participação política: o orçamento participativo em Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, datilo.
- FEDOZZI, Luciano Joel. (1996), *Do patrimonialismo à cidadania. Participação popular na gestão municipal: o caso do orçamento participativo de Porto Alegre*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, datilo.
- _____. (2002), *O eu e os outros: a construção da consciência social no Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, datilo.
- FERREIRA, Eurídio Ben-Hur. (1993), *Estado democrático de direito e a participação popular na Constituição Federal de 1988*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, datilo.
- FERREIRA, Silvia S. Whitaker. (1994), *Participação popular: a cidadania ativa e a produção do direito*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, datilo.

- FONSECA, Débora Cristina. (2000), *O drama dos novos papéis sociais: um estudo psicossocial da formação de identidade nos representantes de usuários num conselho municipal de saúde*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, datilo.
- FUNG, Archon & WRIGHT, Eric Olin. (1999), "Experimentos em democracia deliberativa". *Sociologias*, 1 (2): 100-143, jul.-dez.
- GALVAN, Salete. (2001), *Avaliação dos resultados do Plano Municipal de Saúde de Itajaí a partir da percepção do Conselho Municipal de Saúde*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, datilo.
- GANZELI, Pedro. (1993), *Estruturas participativas na cidade de Campinas*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, datilo.
- GIACOMONI, James. (1993), *A comunidade como instância executora do planejamento: o caso do "orçamento participativo" de Porto Alegre*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, datilo.
- GOHN, Maria da Glória. (2004), "Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais". *Saúde e Sociedade*, 13 (2), mai.-ago.
- GOULART, Jefferson Oliveira. (2002), *Poder local e novas experiências democráticas*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, datilo.
- GUGLIANO, Alfredo Alejandro. (2003), "La democracia y los modelos de participación de los ciudadanos", in M. A. Garretón e A. A. Gugliano (orgs.), *La democracia en las Américas*, Pelotas, Educat.
- HEIDRICH, Andréa Valente. (2002), *O Conselho Municipal de Saúde e o processo de decisão sobre a política de saúde municipal*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, datilo.
- HELD, David. (1987), *Models of democracy*. Cambridge, Polity Press.
- HORBACH, Carlos Bastide. (2001), *Administração pública e democracia participativa*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, datilo.
- JAGGAR, Alison M. & BORDO, Susan R. (orgs.). (1997), *Gênero, corpo e conhecimento*. São Paulo, Rosa dos Tempos.
- JESUS, Cláudio Roberto de. (2000), *Políticas de orçamento participativo e seus impactos no associativismo urbano: um estudo comparativo do caso de Belo Horizonte e Porto Alegre*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas.
- KONZEN, Bernadete Maria. (2000), *Democracia e cidadania: estudo sobre a relação entre os moradores da Vila Jardim e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre no processo de regularização fundiária*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, datilo.
- KUCINSKI, Bernardo. (2001), "O partido tardio dos trabalhadores", in M. A. D'Incao (org.), *O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após a redemocratização*, São Paulo, Cortez.
- LIMA, Luciene Maria de Mesquita. (2000), *O Conselho de Saúde de Maceió*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, datilo.

- LIMA, Márcia de. (1999), *Governo e movimento popular em Angra dos Reis (1979/1997): limites e potencialidades de uma complexa relação*. Dissertação de mestrado. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, datilo.
- LOPES, Júlio Aurélio Vianna. (1998), *Democracia associativa e constituição de 1988: o novo Ministério Público Brasileiro*. Dissertação de mestrado. Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, datilo.
- LOURENÇON, Candido. (2001), *O orçamento municipal como elo de ligação entre o planejamento operacional e as finanças*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, datilo.
- LUCHMANN, Ligia Helena Hans. (2002), *Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, datilo.
- MANTOVANELI JR., Oklinger. (2001), *Gestão estratégica, políticas públicas e sustentabilidade: um outro olhar sobre o orçamento participativo*. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, datilo.
- MEDEIROS, Maria Bernadete de Moraes. (1997), *Construindo os alicerces da participação e da cidadania: programas de participação comunitária e a política habitacional*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, datilo.
- MELO, Mônica de. (1996), *Mecanismos constitucionais de participação popular: plebiscito, referendo e iniciativa popular*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, datilo.
- MENDONÇA, Paulo Sérgio Miranda. (1990), *Avaliação do progresso orçamentário com participação popular da Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC no período de 1986 a 1988*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, datilo.
- MENEGAT, Elizete M. (1995), *Coação de mudar: fios condutores da participação popular na gestão urbana em Porto Alegre*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, datilo.
- MERLIN, Meigla Maria Araújo. (2000), *Direito à participação: democracia participativa no âmbito do município*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, datilo.
- MICHILES, Carlos. (1989), *Democracia e Participação Popular: Emendas Populares na Constituinte de 1987/88*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, datilo.
- MIRANDA, Biancka Arruda. (1997), *Em busca da participação popular: a política habitacional da gestão Erundina (1989-92)*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, datilo.
- MOTA, Enio Laprovitera. (1991), *Um novo saber militante: Estado, movimento popular e prática profissional alternativa*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, datilo.
- MOUFFE, Chantall (ed.). (1992), *Dimensions of radical democracy*. Londres, Verso.
- MOURA, Maria Suzana de Souza. (1989), *Limites à participação popular na gestão da cidade: a experiência do projeto de lei dos conselhos populares em Porto Alegre*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, datilo.

- MOURA, Maria Suzana de Souza. (1997), *Cidades empreendedoras, cidades democráticas e redes públicas: tendências à renovação na gestão local*. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia, datilo.
- PASE, Hemerson Luiz. (2001), *Democracia Participativa e Desenvolvimento: a influência do orçamento participativo no desenvolvimento rural de Florianópolis*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Datilo.
- PATEMAN, Carole. (1992), *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PECAUT, Daniel. (1990), *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo, Ática.
- PEREIRA, Jacqueline Rosa. (2001), *A política do povo: o orçamento participativo em questão*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, datilo.
- PEREZ, Marcos Augusto. (1989), *Institutos de participação popular na administração pública*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, datilo.
- PETRI, Júlia Dulcinéia. (1992): *Vila Tronco: participação popular e cidadania em questão*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, datilo.
- PIMENTEL, Cassiano Ricardo S. (2001), *Gestão pública e democracia participativa: uma análise de orçamento participativo*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Franca, datilo.
- PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira. (2000), *Os desafios do Condeca/SP na implementação dos direitos da criança e do adolescente*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, datilo.
- PINTO, João Roberto L. A. (1998), *Cultura Cívica além do individualismo: o caso do orçamento participativo de Porto Alegre*. Dissertação de mestrado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, datilo.
- PONTUAL, Pedro de Carvalho. (2000), *O processo educativo no orçamento participativo: aprendizados dos atores da sociedade civil e do Estado*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, datilo.
- PUPO, Tânia Regina Gasparini Botelho. (1999), *Participação dos conselhos municipais de saúde no processo decisório de formulação e implantação das políticas de saúde: estudo de caso em dois municípios gestão semiplena*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, datilo.
- RABELO, Josines Barbosa. (1998), *Participação e cidadania na gestão das políticas públicas: tarifa do lixo da cidade do Recife, 1993-1996*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, datilo.
- RIBEIRO, Matilde. (1999), *Gênero e raça no processo do orçamento participativo: Santo André, 1997-1998*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, datilo.
- ROCHA, Germana Tenório Soares da. (1998), *O Conselho Municipal de Assistência Social de Garanhuns frente ao poder político social*. Universidade Federal de Pernambuco, datilo.
- RODRIGUES, Cleide Maria Batista. (1999), *Formação democrática e gestão participativa no perímetro irrigado Icó-Mandantes*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, datilo.

- ROSA, Wanderlan Barreto da. (2001), *Estilo de gestão em conselhos municipais e sua influência numa administração pública municipal: o caso do Conselho Municipal de Educação de Dom Pedrito – RS*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, datilo.
- ROSSI, Olinto de. (2002), *Orçamento participativo e a formação para a cidadania*. Dissertação de mestrado. Fundação Getúlio Vargas, datilo.
- ROVER, Oscar José. (2000), *A democracia participativa e a questão institucional: o caso de fóruns de desenvolvimento local em dois municípios catarinenses com características essencialmente rurais*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, datilo.
- SADER, Éder. (1988), *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SCHMIDT, Davi Luiz. (1994), *A desidiotização da cidadania: a formação do cidadão para a coisa pública, através de sua participação no processo do orçamento participativo de Porto Alegre, entre 1989 a 1992*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, datilo.
- SCHMITZ, Laudir Francisco. (1997). *O orçamento participativo no Distrito Federal*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, datilo.
- SILVA, Alexandra Ximenes da. (1997), *Representação, participação e defesa de interesses no processo de democratização da gestão da política de Saúde*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, datilo.
- SILVA, Andréa de Oliveira. (1999), *A amplitude da participação da comunidade no conselho municipal de saúde de Porto Alegre (RS): visão dos conselheiros*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, datilo.
- SILVA, Daise Nepomuceno da (1997), *A ação comunicativa no processo do orçamento participativo em Porto Alegre região centro*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, datilo.
- SILVA, Heliton Leal. (1999), *Gestão urbana e cidadania: a experiência do orçamento participativo no Distrito Federal*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, datilo.
- SILVA, Itamar Nunes da (1993). *Democracia e cidadania: a Frente Popular de Pernambuco. O caso dos trabalhadores em educação*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, datilo.
- SILVA, Ivone Correia da. (1996), *A democratização da política de saúde em Cuiabá: estudo do Conselho Municipal de Saúde, gestão 93/95*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, datilo.
- SILVA, Luiz Antônio Palma (1999), *Gestão social de políticas públicas: a dinâmica e o entendimento da participação nos Conselhos Deliberativos da Assistência Social*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, datilo.
- SILVA, Marcelo Kunrath. (1997), *Cidadania e exclusão: os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação da gestão municipal*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, datilo.
- _____. (2001), *Construção da participação popular análise comparativa de processos de*

participação social na discussão pública do orçamento em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, datilo.

- SILVA, Reinaldo Gomes da. (1997), *Poder local, planejamento público e gestão participativa: um estudo de caso*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, datilo.
- SILVA, Roberto Marinho Alves da (1999). *Dilemas da gestão participativa do desenvolvimento local em Serra do Mel/RN*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, datilo.
- SILVA, Rosemary Compans da. (1993), *Conselhos populares: trajetória de um debate*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, datilo.
- SILVA, Sheyla Suely de Souza. (2000), *A atuação do Conselho Municipal de Assistência Social do Recife frente à ofensiva neoliberal*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, datilo.
- SILVA, Vini Rabassa da. (2001), *Conselho de assistência social e cidadania*. 2001. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, datilo.
- SILVEIRA, Luis Henrique. (2001), *Democracia e comunicação na experiência do orçamento participativo de Porto Alegre no período 1989-2000*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, datilo.
- SIMOES, Julio Assis. (1990), *A política da participação: uma etnografia da primeira gestão municipal do PT em Diadema*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, datilo.
- SOUZA, Caetano Geraldo. (1999), *Orçamento participativo como instrumento de democratização da gestão urbana: a experiência de Betim/MG (1993-1996)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, datilo.
- TEIXEIRA, Graziela Dias. (1999). *Orçamento participativo e cultura orçamentária*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, datilo.
- WANDERLEY, Lilian Soares Outtes. (1996), *Gestão pública e participação popular no município de Ronda Alta: uma atualização da administração para o desenvolvimento*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, datilo.

Resumo

O impacto das democracias participativas na produção acadêmica no Brasil: teses e dissertações sobre a questão (1988-2002)

Nas últimas décadas, várias das mudanças que vêm ocorrendo na gestão dos Estados democráticos indicam que tem havido maior envolvimento dos cidadãos com a política pública em nível local. Essa constatação tem estimulado inúmeras investigações que visam analisar o seu impacto sobre a sociedade. Neste artigo, realizo uma revisão bibliográfica das dissertações e teses que versam sobre essa maior participação dos cidadãos na gestão pública, e destacou, den-

tre outros aspectos, as temáticas que abordam. Pretendo, com isso, contribuir para a divulgação e expansão desses estudos, assim como para o desenvolvimento das práticas democráticas no país.

Palavras-chave: Democracias participativas; Participação popular; Cidadania.

Abstract

The impact of participative democracies on the academic production in Brazil: papers and dissertations on the matter (1988-2002)

Many of the changes that have been seen in the management of the democratic States show a greater involvement of citizens with public politics at a local level. This finding has stimulated countless investigations seeking to analyze its impact on society. This article presents a bibliographic review of dissertations and papers about such greater participation of citizens in public management. It also highlights, among other issues, the topics that have been approached. In doing so, it aims at contributing for the divulgation and expansion of such studies, as well as developing democratic practices in the country.

Keywords: Participative Democracies; Popular participation; Citizenship.

Résumé

L'impact des démocraties participatives sur la production académique au Brésil: thèses et dissertations sur le sujet (1988-2002)

Au cours des dernières décennies, la gestion des Etats démocratiques a souffert de nombreuses modifications. Elles indiquent une plus grande participation des citoyens dans la politique publique au niveau local. Cette constatation a stimulé de nombreuses recherches, qui ont analysé leur impact sur la société. Dans cet article, nous proposons une révision bibliographique des dissertations et des thèses qui portent sur cette participation accrue des citoyens dans la gestion publique. Nous nous sommes attachés, parmi d'autres aspects, sur les questions qu'elles abordent. Notre but est de contribuer à la divulgation et à l'expansion de ces études ainsi qu'au développement des pratiques démocratiques au Brésil.

Mots-clés: Démocraties participatives; Participation populaire; Citoyenneté.